

PRÁTICAS EDUCATIVAS DO PROJovem URBANO: ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Isabelle de Luna Alencar Noronha
Prof^a Drm^a UFPB/URCA <isabelledeluna@hotmail.com>

Introdução

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) parte de uma Política Nacional para a Juventude que foi iniciada no Brasil a partir do ano de 2005, com o objetivo de “criar condições necessárias para romper o ciclo da reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil” (SALGADO, 2008, p. 12).

Este ciclo de desigualdades estaria atrelado ao fato do país chegar ao ano 2000, conforme Soares (2001), com quase 20 milhões da sua população¹ considerada analfabeta absoluta; os analfabetos funcionais passam de 30 milhões e cerca de 70 milhões são os brasileiros acima de 15 anos que não haviam atingido o nível mínimo institucional, ou seja, o ensino fundamental. Dentre outras questões a esta relacionada estão a má distribuição de renda e a falta de empregos para jovens entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental e estão em situação de vulnerabilidade social.

Some-se ao acima especificado, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2008), a distorção idade/série, o que compromete o ensino médio na idade adequada; a baixa frequência no ensino superior; e restritas oportunidades de acesso ao ensino profissional; a disparidade existente entre matrículas de jovens no ensino médio da zona urbana e da zona rural, e a desigualdade entre regiões,

...identifica-se clara polarização entre as regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. Por exemplo, em 2006, a taxa de frequência líquida no Sudeste situava-se em torno de 58,0%, enquanto no Nordeste era de apenas 33,3%. Apesar de ainda ser muito expressiva a diferença entre essas regiões, a situação atual configura um avanço em relação a 1996, quando o Nordeste apresentava taxa de apenas 12,8%, contra 31,6% na região Sudeste. (Castro, Aquino, 2008, p. 111)

¹ A população brasileira, segundo censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000 era de 169.799.170 de pessoas e hoje, em 2011, conforme censo de 2010, é de 190.755.799 pessoas.

Esse fato já fora apontado por MOLL (2009, p. 32) quando abordou, ancorada no censo demográfico de 1980, a distribuição do analfabetismo nas diferentes regiões do país, afirmando que “o analfabetismo não é um fato natural, pois está distribuído desigualmente entre as classes sociais”, estando, como mostram os números, o norte nordeste em desvantagem no contexto. Evidenciamos também a discrepância existentes entre as chamadas zonas urbanas e rurais: os jovens da cidade possuem mais oportunidades de estudos que os do campo.

Os vários estudos feitos sobre a juventude, dentre os quais destacamos Esteves e Abramovay (2008), Matos (2003) e Costanzi (2009) evidenciam o quanto a escolaridade e/ou a falta dela, perpassa e modifica todas as instâncias de sua vida social.

A situação educacional dos jovens brasileiros é um misto de avanços, problemas, dificuldades e desafios. Os avanços se referem ao fato de que os jovens brasileiros atualmente passam mais tempo nas escolas que os adultos. Contudo, há desigualdades expressivas no acesso à educação (por faixa de renda, cor/raça, campo x cidade e por região). E problemas com a qualidade do sistema educacional. Por exemplo: enquanto as taxas de analfabetismo entre os jovens da região sul era de 0,9% em 2006, ela se elevava para 5,6% no Nordeste, sendo ainda maior (7,2%) no caso dos homens jovens. (CONSTAZI, 2009, p. 12)

Neste sentido podemos concluir que o analfabetismo se distribuiu em nosso país de acordo com a forma histórica de apropriação do desenvolvimento econômico.

No que se refere à variável gênero, é importante ressaltar que as mulheres têm se sobressaído em relação aos homens, sobretudo na frequência à educação escolar. O estudo IPEA indica que em 2006 a taxa de frequência líquida no ensino médio atingia 52,4% entre as mulheres, o equivalente a cerca de 10 pontos percentuais acima da taxa média entre os homens. Se no passado o sexo feminino evidenciava defasagens educacionais em relação ao masculino, atualmente se verifica o contrário.

Em destarte a todo este contexto educacional esta Política Nacional para a Juventude também é parte de uma estratégia assumida pelo Brasil basicamente quando da sua participação na Conferência Mundial de Educação para Todos (ocorrida em Jontiem, na Tailândia, em 1990) e também pela Cúpula Mundial de Educação para Todos (ocorrida no Senegal em Dacar, em 2000), ambas promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial. As metas assumidas pelo Brasil para melhorar seus índices educacionais abrangem o conjunto da

educação básica, incluindo a educação de jovens e adultos, a questão de gênero, a formação docente e a dimensão da qualidade.

Examinando rapidamente a história da educação no Brasil apreende-se que a educação de jovens sempre esteve atrelada a educação de adultos e ambas nunca foram prioridade das políticas públicas,

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o seu processo de alfabetização. Fala-se de jovens e adultos referindo-nos a educação de adultos, porque aqueles que frequentam os programas de educação de adultos são, majoritariamente, os jovens trabalhadores. (GADOTTI, 2000, p. 279)

Eles lutam, porém sem escolaridade, ou com uma escola que oferta um ensino que não favorece a inclusão deste jovem em sua estrutura formal, com horários, currículos e formas de avaliação predefinidas - é bastante difícil estudar. São muitos os motivos que levam o jovem a deixar a escola: trabalho, filhos, baixa autoestima, relacionamentos, drogas, violência... Dentre estes podemos citar ainda àqueles que de fato não vêm a educação como um bem irrefutável.

Adotamos conforme Esteves e Abramovay (2007) a concepção de que não existe uma juventude², mas juventudes que constituem um conjunto heterogêneo com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades; assim juventude é uma construção social.

As diferentes juventudes não são, tão somente, *estados de espírito*. São isso sim, uma realidade palpável que tem sexo, idade, fases, anseios etc., entronizada em um período de tempo cuja duração não é permanente, mas transitória e passível de modificações. Por essa linha, pode ser entendida como um “rito de passagem” entre o ser criança e o tornar-se adulto (BRASLAVSKY, 1986), quando, segundo Bourdieu (1983), vivencia-se uma “irresponsabilidade provisória”.

A juventude do ProJovem Urbano (PJU), ao menos na cidade de Juazeiro do Norte, possui deveres típicos do mundo adulto (trabalhador, chefe de família, pai e mãe, entre outros) e, neste sentido, são adultos, ou “jovens trabalhadores” como Gadotti (2000)

² Há uma ampla discussão sobre o conceito de juventude. Castro e Aquino (2008) consideram que embora consolidadas em contextos ideológicos já distantes, as concepções da juventude como *etapa problemática* ou como *fase preparatória* da vida, ainda hoje, se fazem presentes na tematização sobre o jovem. No Brasil, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 2º considera adolescente, para os efeitos da lei, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). No entanto, este fato é muito polêmico, há controvérsias entre esta e outra leis. Assim tomamos a faixa etária especificada pelo PJU Urbano, que está entre 18 e 29 anos (que é o considerado pela UNESCO, 2004), e o conceito de juventude como uma construção social.

supracitado, referenciou. Com a escassez de empregos e sem escolaridade há uma precária inserção deste jovem no mercado de trabalho e um desperdício pelo país do seu potencial.

Este texto discute o ProJovem Urbano (PJU) como parte de uma Política Nacional para Juventude e uma proposta de ensino diferenciado, traz ao estudo o caso da cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, Brasil, seguido das considerações finais.

O Projovem Urbano Proposta de um Ensino Integrado

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens engloba quatro modalidades. Cada uma delas atende a um público específico: ProJovem Adolescente (destina-se a jovens de 15 a 17 anos), ProJovem Urbano (jovens de 18 a 29 anos), o ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador. Há ainda o ProJovem Urbano nas unidades prisionais e unidades socioeducativas de privação da liberdade.

Este artigo focaliza seu olhar no ProJovem Urbano (PJU), que tem como finalidade de acordo com Salgado (2008), elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional inicial e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Esta é a proposta educativa do PJU.

O aporte legal encontra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96, artigo 81, que afirma que “É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições dessa Lei.” É assim que este programa se apresenta, cumprindo o estabelecido na Lei supracitada, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental; no Parecer CNE/CEB nº 02/2005; no Parecer 11/2000; na Resolução nº 222 (maio 2008) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e na Resolução do ProJovem Urbano (junho de 2008).

A proposta pedagógica do PJU tem a concepção de que o ensino não é compreendido como transmissão e acúmulo de informação, neste sentido a aprendizagem é vista como uma construção ativa do aluno na interação com seus professores e colegas.

Para a efetivação de tal proposta a organização curricular desse programa é feita por meio da integração entre Educação Básica (especificamente do ensino fundamental – 1.092 horas), qualificação profissional (em uma determinada área profissional, por exemplo: saúde, serviço de pessoal, ao todo são 23 áreas de formação – 790h, sendo 400 não presenciais) e

participação cidadã (envolvendo a comunidade na qual o jovem está inserido – 78h), a ser desenvolvido durante 18 meses.

A proposta de formação aligeirada atende aos ditames neoliberais. O jovem para entrar no PJU só precisa praticamente informar que sabe ler e escrever e não ter concluído o ensino fundamental. Passam a receber uma bolsa (ajuda financeira) de R\$ 100,00 por mês³ caso cumpram todas as exigências do Programa.

O corpo docente é formado por professores especialistas nas áreas de ensino (língua portuguesa, ciências humanas, ciências da natureza, matemática, inglês), professor de Participação Cidadã (um profissional da área de assistência social) e um especialista em determinada profissão (são 23 arcos ocupacionais de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego) escolhida(s) pelo município e ou Estado. A informática também é parte da estrutura curricular e é ofertada pelo professor especialista.

Cada professor especialista assume também a função de Professor Orientador, que na estrutura do programa é o responsável por fazer a integração entre as dimensões da educação, formação profissional e cidadania da proposta no PJU. Esse é um grande diferencial nesta proposta, posto que o conteúdo é organizado a partir de eixos estruturantes, que funcionam como temas transversais perpassando todo o currículo do PJU.

A orientação é que este currículo possa fazer com que o jovem reflita através do conteúdo lecionado em todas as disciplinas sua condição de ser jovem cidadão, seu ambiente, seu trabalho ou o mundo do trabalho, os direitos do trabalhador, a sexualidade, o meio-ambiente, a tecnologia (seus benefícios e/ou cuidados na sua utilização; o acesso...), enfim a inclusão/exclusão em que se encontram e os fatores de superação. Uma proposta bastante ambiciosa que ultrapassa os muros da escola e une-a a vida.

No ProJovem Urbano, espera-se que os valores básicos da proposta – o respeito pelo aluno-sujeito, por suas experiências múltiplas e plurais, a busca pela integração entre vida e educação, sujeito, estudante, trabalhador, cidadão, a concepção de aprendizagem como atividade do aluno, ancorada em seus conhecimentos prévios mas dirigida a conteúdos sistematizados, competências e habilidades necessários à inserção social plena no mundo contemporâneo – estejam inscritos no currículo oculto, abrindo caminhos ao jovem para compreender e combater discriminações e preconceitos e reposicionar-se em relação ao ambiente físico, social e político em que vive. (SALGADO, 2008, p.62)

³ Para apresentarmos uma ideia do que isto representa, em 2009 o valor do salário mínimo era de R\$ 465,00.

Além do currículo oficial que organiza o conteúdo a partir de cinco eixos integradores: Juventude e Cultura, Juventude e Cidade, Juventude e Trabalho, Juventude e Comunicação, Juventude e Tecnologia, o currículo oculto também é considerado como importante veículo difusor de valores. Cada um dos citados eixos abriga cinco temas integradores organizados em Unidades Formativas. A partir destes os alunos elaboram as “sínteses interdisciplinares” resultados textuais de suas reflexões e discussões.

A interdisciplinaridade definida por Gadotti (2000) como “atitude” e “método” é a forma como o ensino deve ser encarado para garantir um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas. Para se viver um currículo interdisciplinar o planejamento deve ser participativo.

Tendo como exemplo o primeiro eixo, o Professor Orientador deve, de acordo com tudo o que foi estudado, levar o jovem a refletir: Ser jovem hoje (o que isso significa para cada um deles); A cultura da comunidade em que vive (o saberes, fazeres, crenças e expressões artísticas do lugar onde moram); Sofrer preconceitos e discriminação...(as formas de preconceito as quais são submetidos); Minha turma tem boa qualidade de vida? (diz respeito ao usufruto de bens culturais e materiais); Os hábitos culturais de minha comunidade respeitam a Natureza? (convívio com o meio-ambiente)

Tendo em vista que os princípios da proposta pedagógica do ProJovem Urbano incluem as idéias de **protagonismo do aluno e democracia participativa**, a gestão da sala e aula implica uma **relação pedagógica de mão dupla**: não é apenas o professor que ensina para o aluno aprender; há uma troca de saberes: ambos ensinam e ambos aprendem. Não se pode deixar de valorizar o que cada um tem a dar: todo mundo é bom em alguma coisa! Por isso é tão interessante que o currículo seja amplo e diversificado, abrangendo diferentes dimensões do ser humano, dando aos alunos várias oportunidades de mostrarem como e em que podem contribuir para o curso, os colegas, a comunidade etc. (SALGADO, 2008, p. 62)

As discussões dos citados temas partem e/ou devem partir de situações presentes no cotidiano dos jovens, respeitando a diversidade existente entre os próprios jovens.

A avaliação deve ser qualitativa (diagnóstica, formativa, continuada) e também quantitativa (os números ao final definem os aptos e não aptos a receber o certificado de ensino fundamental).

A avaliação quantitativa ocorre de forma interna e externa, porém é com a avaliação interna que os jovens, como partícipes desse processo, devem ir melhorando suas aprendizagens. Isto lembra a proposta educacional defendida por Ocaña e Jiménez (2006, p. 83) levando em conta que “Logicamente em jovens que estão em processo de formação ocorrem com frequência regressões ou avanços lentos”. É uma proposta de educação que leva

em conta, com respeito, a diversidade presente qualquer ambiente educacional principalmente em salas de aula.

Uma proposta educacional que se propõe alternativa deve considerar tal fato. No PJU existe um momento de “estudos complementares” para o jovem que não obtiver números necessários na avaliação quantitativa; é uma forma de recuperação de estudos, com horários previstos para antes do início da aula regular para o fortalecimento da aprendizagem do jovem.

Há um rigoroso processo de avaliação externa, ao qual jovem deve se submeter para continuar no PJU e receber o certificado de conclusão do Ensino Fundamental.

O jovem que adentra o PJU tem um especial interesse pela área de formação profissional, no entanto esta não tem a intenção de profissionalizar, mas apenas de, inicialmente, favorecer ao jovem retratos de uma profissão que ele queira aprender mais e talvez dedicar-se a ela, mesmo depois da conclusão do PJU.

De uma forma geral esta proposta pedagógica leva o jovem a ser protagonista de suas ações, mas como isso se processa de fato?

A experiência de Juazeiro do Norte

Foi em 2008/2009 que o PJU chegou à cidade de Juazeiro do Norte no Estado do Ceará, Brasil. Segundo dados do INEP/MEC (2008) o índice de desenvolvimento humano (IDH) dessa cidade é de 0,697 com uma população estimada em 242.139 habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de 930.342,60.

A cidade é um centro comercial e turístico no interior do estado do Ceará, conhecida nacional e internacionalmente por seus grupos culturais (reisado, quadrilhas, literatura de cordel, xilogravura, artistas que se dedicam a esculpir pessoas, lugares e acontecimentos na madeira, exportando este material para o mundo) e pela figura enigmática do Pe. Cícero Romão Batista, que atrai anualmente para o seu interior milhares de romeiros em busca/ou reconhecimento de graças⁴.

A cidade é parte da chamada Região do Cariri cearense, considerada um oásis no sertão nordestino por está em volta da Chapada do Araripe, possuir muitas fontes de águas naturais, com períodos de chuvas regulares e clima ameno. Cresceu e solidificou a sua área

⁴ Para os católicos os santos são intercessores e concedem as graças (pedidos) em Nome de Deus. O Pe. Cícero Romão Batista não é um santo reconhecido pela igreja católica, mas é reconhecido e venerado pelo povo, especialmente do Nordeste.

comercial envolta ao turismo religioso, no entanto possui, ainda segundo dados do INEP/MEC uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de 24,90%.

Numa cidade em que o comércio prospera, surgem empregos, mas com pouca escolaridade os jovens passam a sobreviver de subempregos, assumindo responsabilidades adultas por tornarem-se pais e mães muito cedo ou por serem arrimos de família. Neste sentido oferecer uma educação específica para a juventude é emergencial, e foi assim, com esse caráter emergencial, que o PJU foi recebido em Juazeiro do Norte (JN).

Cerca de 729 (setecentos e vinte e nove) jovens foram matriculados no PJU de JN, destes 459 (quatrocentos e cinquenta e nove alunos)⁵, concluíram o programa, alguns apenas (cerca de vinte) com o certificado de qualificação profissional, porque não conseguiram a pontuação necessária à obtenção do ensino fundamental.

A proposta pedagógica do PJU é inovadora e própria para os jovens que não possuem mais tempo para o ensino regular, por vezes não encontram na EJA uma saída adequada de, como muitos disseram “recuperar o tempo perdido”. Com conteúdos vivos e uma proposta de trabalho docente diferenciada o PJU foi visto como uma “oportunidade” que na prática evidenciou pontos que precisam ser mais bem pensados como também sucessos.

A observação participante evidenciou um primeiro problema o “engessamento do tempo de aprender na escola”. Com prazo de 18 meses para acontecer o PJU segue um calendário nacional que desconsidera as diferenças regionais, por vezes os alunos foram submetidos a avaliações externas sem terem cumprido o conteúdo.

A questão do tempo (horário das aulas) também fez com que muitos dos jovens do PJU, por causa do trabalho, tivessem dificuldades de chegar a escola no horário, o que causou transtornos de diversas ordens. A proposta se apresenta como flexível, mas como fugir do tempo quando há metas a serem cumpridas?

Para muitos dos jovens alunos⁶ a participação no PJU foi um diferencial em suas vidas.

Os motivos que o levaram a este programa foram basicamente: necessidade financeira (percebemos que o valor da bolsa fez diferença na vida de muitos deles); encontrar trabalho melhor; ensinar aos filhos (muitos levavam suas crianças para a sala de aula, pois não tinham com quem deixa-los).

⁵ Informação dada pela coordenação local em 28/06/2011.

⁶ Realizamos entrevistas formais com 32 deles e as demais informações são da observação participante e do contato direto que tivemos com os professores do PJU

Um depoimento (de um jovem - 24 anos) enfatizou “se não aprendi o conteúdo como deveria, aprendi a ser mais calma, a pensar e argumentar, não brigo como antes”. Estará neste âmbito o apreendido no currículo oculto e nas discussões do currículo formal?

Nem todos conseguiram acompanhar os conteúdos das unidades formativas, principalmente pela defasagem de tempo fora da escola, alguns não estudavam há oito, nove ou dez anos. Mesmo aqueles que comprovadamente passaram pela escola, apresentavam sinais de falta de conhecimentos básicos sobre a língua escrita, o que dificultou o acesso principalmente dos conteúdos das disciplinas específicas do ensino fundamental II. Mas mesmo para esses, a experiência foi válida.

Atribuímos o fato acima à forma de como as aulas foram ministradas a partir da interdisciplinaridade. O planejamento que ocorria de forma participativa e a estrutura curricular do PJU levou os docentes a elaboração de vários projetos didáticos em torno dos temas integradores. É a interdisciplinaridade que possibilita a relação entre os saberes.

Segundo Hernandez e Ventura (2008) a função do projeto é favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos, facilitando aos alunos a transformação da informação procedente dos diferentes saberes disciplinares em conhecimento próprio. Um processo de discussão, análise e sínteses que buscam superações e soluções através dos temas integradores, que se colocam entre fatos, situações reais ou músicas e filmes que retratam o cotidiano, mas culminam com a discussão e/ou o conhecimento do jovem do seu espaço.

Essa proposta de interdisciplinaridade no PJU é muito importante pois, as matérias se interligam facilitando o aprendizado do aluno. (professor)

O que mais gosto é das matérias que são interessantes, o grupo também e os professores ajudam muito a gente a tirar dúvidas... Porque através da aula a gente começou a ver aonde a gente faz parte na comunidade, eu mesmo aprendi meus direitos e deveres. (aluno)

Os temas integradores talvez tenham tido inspiração nos temas geradores pensados por Paulo Freire (1921 – 1997) em outro contexto político e com outros objetivos. Ainda assim os temas integradores do PJU possibilitaram aos docentes e discentes várias atividades de campo: visita a parques ecológicos com objetivos de educação ambiental, cinemas, *shoppings*, teatros, passeatas de conscientização contra o perigo do lixo, aulas de campo, pesquisas e trabalhos em grupo, festas regionais foram utilizadas como espaços de aula de matérias específicas do ensino fundamental... Tudo isso possibilitou aprendizagens mais significativas. Para alguns dos jovens atendidos, as aulas de campo possibilitaram o conhecimento da cidade onde vivem.

O PJU é um programa que deixa pouca liberdade de ação dentro de sua estrutura de tempo, espaço, avaliação; A forma de ação que o diferencia é a adoção da metodologia de projetos, posto que a gestão de um projeto “pode ser uma gestão interativa com o ambiente e entre as pessoas... pertence a uma lógica sistêmica e ao paradigma da complexidade” (DUNY, 2002, p. 90).

Vários projetos didáticos foram coletivamente gestados dentro do PJU, as limitações de recursos, políticas e de outras ordens (tais como o calendário imposto, falta de laboratório para as aulas de informática) intimidaram em diversos momentos tais práticas. Assim como também houve dificuldades com a realização das aulas de qualificação profissional.

A vontade coletiva de professores e alunos foram vencendo algumas barreiras impostas pela macroestrutura e pela microestrutura. Alguns alunos conseguiram aprovação em concursos com o que aprenderam, um deles em um emprego federal, mudaram a vida como eles queriam. Outros deram continuidade aos estudos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), um deles está cursando Pedagogia (segundo ele, “realizando um sonho”). Outros, no entanto, não venceram a violência, foram por ela vencidos, não concluíram, ficaram pelo caminho.

Considerações finais

Dentre todos os temas abordados pelo PJU o maior deles é a questão da cidadania. O que é ser cidadão? Como vivenciar a cidadania? Em meio a tantas formas de exclusão ele se propõe um programa inclusivo. Mas como? Ancorado em um ensino aligeirado, com um efetivo controle externo, mas que contudo possui uma boa proposta educacional, mas sem condições de efetivação prática na sua íntegra.

A possibilidade do desenvolvimento dos conteúdos a partir de uma concepção interdisciplinar com o uso da metodologia de projetos evidencia o ponto mais forte de suas práticas educativas. Propicia a “aprendizagem significativa”, a “leitura de mundo” em saberes e fazeres que vão além dos muros da escola.

Os jovens são unânimes em afirmar que precisam da escola para melhorar suas condições de vida. Em muitos depoimentos falam que querem continuar a estudar e reivindicam outro Programa como o PJU para a conclusão dos estudos da educação básica e o ensino superior.

Mesmo como parte de uma política neoliberal, que evidencia um novo momento em nossa história da educação o “neotecnicismo”, é justo afirmar que os atores sociais

(professores e alunos do PJU) tentaram fazer o melhor com aquilo que lhes foi dado/reivindicado.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA. Organizadores: CASTRO, Jorge Abraão e AQUINO, Luseni (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Texto para discussão nº. 1335. Brasília, DF, 2008.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Trabalho Decente e Juventude no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho (2009). Disponível em: www.oit.org.br; Acesso em 25/11/2010

DUNY, André. As contradições do projeto coletivo: emancipação ou manipulação? In: APAP, Georges [et l]. **A construção dos saberes e da cidadania**, da escola a cidade. trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ESTEVES, L. C. G; ABRAMOVAY. M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. in: ABRAMOVAY, M. ANDRADE, E.R; ESTEVES, L. C. G. (Org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco 2007, p.19-54.

ESTEVES, Luis Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas**. In: Anais: VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, mundos sociais saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Humanas. Disponível em: www.aps.pt/vicongresso/pdfs/254.pdf - Acesso em 10/06/2011

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade qual o sentido?** São Paulo: Paulus, 2003 (Questões fundamentais da educação; 2)

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Juventude, professores e escola**, possibilidades de encontros. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa (org.). **Manual do Educador: Orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo refletir práticas educativas realizadas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano (PJU) na cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, nordeste brasileiro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo etnográfica, desenvolvida entre os anos de 2009 e 2010, por meio da história oral, da aplicação de questionários e de entrevistas semi-estruturadas. Além do material educacional do PJU, a fundamentação teórico-metodológica aporta-se nos trabalhos de Jiménez e Ocaña (2003), dentre outros que trabalham com a educação de jovens; em Apap, Béal [et al] (2002), Hernandez e Ventura (1998), para compreender a organização dos projetos de trabalho e a construção dos saberes da cidadania. Como resultados, a pesquisa encontrou o desenvolvimento de práticas educativas baseadas na interdisciplinaridade com uso da metodologia de projetos. Embora com muitos problemas apresentados, principalmente no que concerne à inclusão que o PJU propõe, tais práticas favorecem um ensino mais significativo.

Palavras-chave: Educação de jovens; Metodologia de projetos; Interdisciplinaridade; Inclusão.

Resumen: Este trabajo pretende reflejar las prácticas educativas llevadas a cabo en el Programa Nacional de Inclusión de la Juventud – “PROJOVEM Urbano” (PJU) en la ciudad de Juazeiro do Norte, Ceará, nordeste de Brasil. Se trata de una investigación cualitativa de tipo etnográfico, desarrollada entre los años 2009 y 2010, por medio de la historia oral, el uso de cuestionarios y entrevistas semi-estructuradas. Además de material educativo del PJU, la fundamentación teórica y metodológica se aporta en los trabajos de Jiménez y Ocaña (2003), entre otros que trabajan con la educación de los jóvenes, en Apap, Beal [et al] (2002), y en Hernández y Ventura (1998), para comprender la organización de los proyectos de trabajo y de la construcción del conocimiento de la ciudadanía. Como resultado, la investigación ha encontrado el desarrollo de prácticas educativas basadas en la interdisciplinariedad con el uso de la metodología de proyectos. Aunque se presenta con muchos problemas, especialmente con respecto a la inclusión que la PJU propone, tales prácticas favorecen una enseñanza más significativa.

Palabras clave: Educación de la Juventude; Metodología de proyectos; Interdisciplinariedad; Inclusión.

Abstract: This paper aims to reflect about educational practices carried out in the National Program of Youth Inclusion – Urban Projovem (PJU) in the city of Juazeiro do Norte, Ceará, Northeast of Brazil. It is a qualitative research of ethnographic type, developed between the years 2009 and 2010 through the methodology of Oral History, the use of questionnaires and semi-structured interviews. In addition to educational material of the PJU, the theoretical and methodological basis leans on the works of Jimenez and Ocaña (2003), among others researchers who work with education of young people, like Apap, Béal [et al] (2002), Hernandez and Ventura (1998), to understand the organization of work projects and the construction of the knowledge of citizenship. As a result, the research has found the development of educational practices based on interdisciplinarity with the use of design methodology. Despite of many problems, mainly related to the inclusion that PJU proposes, these practices support a more meaningful learning.

Keywords: Youth Education; Design Methodology; Interdisciplinarity; Inclusion.